

Economia

OPERAÇÃO DESMONTE

Cada vez mais trôpega, a operação desmonte está nesta e na página seguinte.
Na 12, o Leão escolhe seu próximo alvo.
Na 13, o seu dinheiro.

Cortes: cresce a indecisão.

Havia muitas contradições, ontem, em Brasília, sobre a possibilidade de demissões em massa no funcionalismo em decorrência dos novos cortes que serão realizados no orçamento da União para 89, que perderá 17% de seus recursos para os Estados e municípios, conforme estabelece o projeto da nova Constituição. Segundo o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, o governo ainda não decidiu se vai ou não demitir "em massa", contrariando assim afirmações do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, de que o governo trabalhava remotamente com a hipótese de demissões.

— É um pouco precipitado concluir alguma coisa, pelo sim ou pelo não. Ao que eu sei, não há ainda nenhuma definição do presidente Sarney neste sentido. Nós temos, em primeiro lugar, que definir os cortes e somente após isso, então, vão aparecer órgãos que não mais terão programas para administrar. Diante desse fato é que o presidente vai decidir se dispensa ou não pessoal — disse Batista de Abreu.

Bisturi

Mais ambíguo ainda foi o médico, deputado federal e líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna: "O bisturi do orçamento de 1989 irá muito fundo", garantiu ontem, acrescentando porém que "não haverá demissões". Carlos Sant'Anna deixou os jornalistas ainda mais confusos quando ressaltou que haverá economia na folha de pagamento, mas de forma indireta. Ou seja: com a fusão de órgãos que atualmente têm objetivos e programas semelhantes, naturalmente serão extintos vários cargos de confiança, como de diretores e assessores, "sem que isso signifique propriamente demissões".

Sant'Anna prestou essas declarações logo depois da posse dos novos ministros Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia, e Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, no Palácio do Planalto. Como exemplo de superposição de programas e funções, ele citou cinco órgãos de diferentes ministérios que cuidam ao mesmo tempo de alimentação: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria de Ações Comunitárias (Seac), Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal).

— Não tem o menor sentido esse exagero. Eles têm que ser fundidos num órgão só, com o fim de todos os cargos de confiança. E como eles há vários outros casos no atual cronograma do governo concluiu.

Será amanhã

João Batista de Abreu, por sua vez, disse que manteve ontem as reuniões com Sarney para discutir os cortes no orçamento de 89. Mas afirmou que os cortes não serão discutidos setorialmente na reunião ministerial marcada para amanhã.

— O presidente não me comunicou se vai oferecer o orçamento para debate a nível setorial. Entendo que a idéia da reunião é muito mais para discutir os parâmetros que vão fundamentar o novo orçamento e não os seus cortes, que já estarão definidos completamente até a data da reunião.

Ainda não chegamos aos números finais e acho que seria irrelevante individualizar ministérios e órgãos.

O novo orçamento significa, segundo o ministro do Planejamento, o esforço do governo em se ajustar à nova partilha do bolo tributário definida pela Assembleia Nacional Constituinte e que retira da União, em favor dos estados e municípios, cerca de 17% dos recursos hoje disponíveis. Batista de Abreu disse que não está encontrando "nenhuma reação negativa concreta" aos cortes orçamentários por parte de seus colegas. Com exceção do ministro da Saúde, Borges da Silveira, ontem vários ministros procuraram demonstrar sua concordância com os cortes. Para Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, que vem de sérios desentendimentos com Maílson da Nóbrega, da Fazenda, a respeito de gastos com seu pessoal (concedeu as URPs de abril e maio para acabar recentemente com a greve nos Correios), "baixar a inflação é dever de todos os ministros". E foi mais longe, ao ressaltar que o ministério Sarney "nunca deixou de estar pacificado. Pode haver divergências, mas convergimos nas horas mais importantes. Os cortes são definidos pela área econômica e todos nós os acataremos", frisou. Comentário semelhante foi feito por Prisco Vianna, da Habitação: "O orçamento terá de ser cumprido e cada ministro terá de se ajustar a ele".

Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que tem chamado insistentemente a atenção do governo para os riscos que representam um corte profundo nos investimentos em projetos de energia elétrica, foi mais cuidadoso ontem. Ele concorda que a situação é difícil e que exige de todos uma quota de sacrifício. Mas acrescenta: "Tudo, no entanto, tem que ser muito bem avaliado e feito em comum acordo".

Forças Armadas

"Não admito cortes no setor de saúde", foi a primeira reação do ministro Borges da Silveira, ontem, em Curitiba, ao ser informado que o orçamento do Ministério da Saúde para 1989 sofrerá uma redução de 5%.

Segundo previsões do secretário-geral do Ministério da Saúde, Francisco Xavier Beduschi, se os cortes atingirem a Pasta, o ministério perderá Cz\$ 10 bilhões do orçamento de Cz\$ 217 bilhões programado para o próximo ano. Isso prejudicará em especial o programa de auto-suficiência nacional em vacinas e a implantação dos serviços descentralizados de saúde nos Estados e municípios.

E como as Forças Armadas se comportam diante dos cortes? O Exército, pelo menos, acredita "que não será esquecido em suas necessidades", de acordo com as palavras do secretário de Economia e Finanças daquela arma, general Everaldo Reis, que disse ontem ter encaminhado uma proposta orçamentária no valor de Cz\$ 500 bilhões para o ano de 89, "a preços de julho". Embora seu orçamento de 1988 (Cz\$ 76 bilhões) tenha terminado em maio último, o Exército tem recebido créditos suplementares: US\$ 240 milhões para a compra de helicópteros, mais Cz\$ 263 milhões, em junho, para pessoal e outras despesas, e Cz\$ 7,5 bilhões no último dia 10 para "reaparelhamento".



Ricardo Chaves



TUDO BEM, ATÉ UM NOVO ROUND.

No plano das aparências, pelo menos, tudo vai bem entre os ministros Maílson da Nóbrega e Antônio Carlos Magalhães. Ontem, no Palácio do Planalto, durante as solenidades de posse dos novos ministros Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia, e

Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, eles se cumprimentaram efusivamente. A princípio, Maílson hesitou um pouco, mas o ministro das Comunicações tomou a iniciativa de estender a mão. Sob os olhares atentos do presidente Sarney, Magalhães

se mostrava inquieto, esperando a oportunidade certa para abraçar o colega de ministério. Depois, Maílson correspondeu, trocou um forte abraço com Antônio Carlos e os dois se descontraíram. Mas

apesar do gesto de ambos, sob o assédio de dezenas de fotógrafos, ainda está presente a imagem da trombada entre eles, na semana passada, e que quase acabou custando a cabeça de um dos dois.